



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL STJ/GP N. 14

CHAMAMENTO PÚBLICO

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno, **TORNA PÚBLICO** o edital de chamamento público para a candidatura de juízas e juízes federais e de direito da Justiça comum para auxílio, em caráter excepcional e temporário, de forma remota e sem prejuízo da jurisdição originária, aos gabinetes da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução STJ/GP n. 32 de 28 de outubro de 2025 e da Instrução Normativa STJ/GP n. 34 de 28 de outubro de 2025.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste edital é o chamamento público de juízas e juízes federais e de direito da Justiça comum para o preenchimento de 100 (cem) vagas – além daquelas que abrirem durante a vigência da Resolução STJ/GP n. 32/2025 –, em caráter excepcional e temporário, de forma remota e sem prejuízo da jurisdição originária, para auxílio aos gabinetes da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, órgão colegiado competente para o julgamento das causas que versam sobre Direito Público, pelo prazo de seis meses, prorrogável por uma única vez.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão habilitar-se exclusivamente magistrados vitalícios de primeira instância que:

I - tenham mais de cinco anos de judicatura no cargo de Juiz Federal ou de Juiz de Direito, ainda que em tribunais distintos e em ramos diferentes da Justiça comum;

II - tenham atuado na magistratura por, no mínimo, dois anos em órgãos jurisdicionais com competência exclusiva para o julgamento das seguintes questões de Direito Público (não se computando, portanto, atuações em varas de comarcas de juízo único ou de competência mista – exceto as federais, para as quais serão admitidas – nem designações e substituições temporárias e eventuais):

a) Direito Administrativo (servidor público civil, atos administrativos, militares, responsabilidade civil da Administração e intervenção do Estado na propriedade);

b) Direito Tributário;

c) Direito Previdenciário;

d) Direito Ambiental.

2.2. Não poderão participar juízes que:

a) estejam em exercício no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho da Justiça Federal; na direção ou na secretaria das escolas judiciais; na presidência, na corregedoria-geral e na vice-presidência dos

tribunais;

b) estejam em auxílio ou em substituição nos gabinetes ou em órgãos colegiados dos tribunais;

c) atuem como titulares das zonas eleitorais ou que componham os tribunais eleitorais;

d) estejam cumprindo mandato, com prejuízo das funções jurisdicionais, em associação de magistrados;

e) respondam a sindicância ou a procedimento administrativo disciplinar nas respectivas corregedorias ou no Conselho Nacional de Justiça, nem aqueles que tenham sido punidos disciplinarmente;

f) tenham, na sua unidade de origem, processos paralisados ou conclusões vencidas há mais de 120 dias, conforme o Provimento n. 193, de 15.5.2025, da Corregedoria Nacional de Justiça;

g) tenham sido dispensados, a pedido ou de ofício, de auxílios anteriores, mesmo que a outras Seções do STJ, antes do vencimento do prazo de convocação;

h) estejam em auxílio à Segunda Seção do STJ na data da publicação da Resolução STJ/GP n. 32 de 28 de outubro de 2025.

3. DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições poderão ser efetivadas entre 10.11.2025 e 16.11.2025, das 9 horas do primeiro dia às 23 horas e 59 minutos do último dia (horário oficial de Brasília – DF).

4. DAS CONDIÇÕES E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. O candidato deverá efetivar a sua inscrição por meio do *link* que estará disponível no sítio eletrônico do STJ, preenchendo o formulário próprio.

4.2. Efetivada a inscrição, durante o respectivo prazo, a candidatura – instruída com currículo resumido que explicita, de forma clara e específica, o tempo de judicatura e de atuação em varas com as competências listadas no item 2.1, II, deste edital – deverá ser encaminhada pelo *email* auxilio.primeirasecao@stj.jus.br.

4.3. Não serão aceitos Currículos Lattes.

4.4. Os currículos deverão estar em formato PDF e descrever, de forma pormenorizada, a experiência profissional em órgãos jurisdicionais com competência para o julgamento das matérias listadas no item 2.1, II, deste edital; esclarecer se o juízo tem competência **exclusiva** (exceto quanto aos juízes federais) para os temas ali enumerados e informar o tempo de atuação em cada um deles; e incluir eventuais títulos acadêmicos e produção doutrinária em matéria de Direito Público.

4.5. O candidato deverá informar, **no corpo do email**, seus telefones de contato pessoal e profissional e seu endereço eletrônico, sob pena de não ter a candidatura analisada.

4.6. Feita a inscrição, um *email* será enviado automaticamente com a informação de que ela foi realizada com sucesso.

5. DA SELEÇÃO

5.1. A Presidência fará a seleção dos magistrados dentre os inscritos – observada a proporcionalidade entre as regiões do País e a representatividade dos tribunais – e elaborará a listagem dos habilitados, que, após, disponibilizará aos gabinetes, os quais, observada a

ordem de antiguidade dos ministros, farão as suas indicações, seguindo-se a designação dos escolhidos.

5.2. Não serão prestadas informações, por telefone ou *email*, sobre o resultado da análise dos currículos nem sobre os magistrados considerados habilitados.

6. DA CONVOCAÇÃO DOS JUÍZES SELECIONADOS

6.1. Os juízes habilitados e eventualmente selecionados serão contatados por telefone ou *email* e serão chamados conforme a necessidade dos gabinetes, durante o prazo de vigência do auxílio temporário.

6.2. Por ocasião da convocação, o juiz selecionado apresentará declaração de vitaliciedade e declaração de inexistência de processos paralisados ou conclusões vencidas há mais de 120 dias. Além disso, sem prejuízo de eventual consulta ao Conselho Nacional de Justiça e aos Tribunais de origem, subscreverá declaração negativa de existência de sindicância, apuração ou punição disciplinar e declaração de não incidência nas vedações especificadas no art. 2º, § 2º, da Instrução Normativa STJ/GP n. 34 de 28 de outubro de 2025.

6.3. A convocação será comunicada ao tribunal de origem e formalizada por portaria da Presidência do STJ.

7. DA ATUAÇÃO DOS JUÍZES CONVOCADOS

7.1. Antes do efetivo exercício de suas funções, o magistrado convocado participará de treinamento presencial em Brasília, cabendo ao STJ custear as despesas com diárias e transporte, quando necessário.

7.2. Os magistrados convocados ficarão vinculados à Presidência e serão distribuídos e movimentados conforme o acervo e a necessidade dos gabinetes da Segunda Seção do STJ.

7.3. Os processos a serem atribuídos aos juízes convocados em caráter temporário serão selecionados pelos respectivos gabinetes e versarão sobre:

- a) Direito Administrativo (servidor público civil, atos administrativos, militares, responsabilidade civil da Administração e intervenção do Estado na propriedade);
- b) Direito Tributário;
- c) Direito Previdenciário;
- d) Direito Ambiental.

7.4. Havendo necessidade, a Presidência poderá acrescentar ao rol do item 7.3 outros temas de Direito Público.

7.5. Os gabinetes fiscalizarão a execução das tarefas e a produtividade mensal, que será acompanhada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça para efeito de estatística e de eventual dispensa da convocação.

7.6. A meta de produtividade mínima mensal será definida pela Presidência, não devendo ser inferior a 60 minutos de votos ou decisões mensais.

7.7. Serão obrigatoriamente dispensados os magistrados auxiliares temporários que apresentarem queda de produtividade na origem, nos termos no art. 7º da Instrução Normativa n. 34 de 28 de outubro de 2025, os que deixarem de atender aos requisitos do art. 4º, § 1º, da mesma norma e aqueles que não alcançarem, por duas vezes consecutivas ou intercaladas, a meta de produtividade.

7.8. A produção mensal de cada magistrado convocado será divulgada no primeiro dia útil do mês subsequente.

8. DA REMUNERAÇÃO

8.1. O juiz convocado receberá, sem prejuízo dos direitos e vantagens do cargo de origem, dois dias de licença indenizatória por semana trabalhada, limitando-se a concessão a oito dias por mês.

8.2. Independentemente da função efetivamente exercida no órgão de origem, a base de cálculo da licença indenizatória devida aos magistrados convocados será o subsídio de juiz federal.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O STJ poderá contatar os interessados para dirimir dúvidas ou realizar entrevista, por meio de telefone ou de videoconferência.

9.2. Os magistrados que se desligarem voluntariamente em período inferior a três meses contados do início da convocação restituirão ao erário o valor despendido com passagens e diárias para o treinamento em Brasília.

Brasília, (data da assinatura no sistema).

HERMAN BENJAMIN

Ministro Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 05/11/2025, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6678806** e o código CRC **80581F7D**.